

## A QUEM INTERESSA A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO? UMA ANÁLISE DO PRONACAMPO

*Victor Hugo Junqueira<sup>4</sup>*

*Maria Cristina dos Santos Bezerra<sup>5</sup>*

### RESUMO

No dia 20 de março de 2012 foi lançado em Brasília o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) com participação de representantes dos movimentos sociais, de sindicatos dos trabalhadores da agricultura e setores do agronegócio. Na oportunidade, todos eles destacaram em seus discursos a importância do programa para elevar a escolaridade e melhorar a vida do homem no campo. Com base nestas declarações, o presente artigo discute como e porque a educação no campo, sob a mediação do Estado, atende a interesses de grupos antagônicos no campo brasileiro. Para realização deste trabalho, analisamos a Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 que instituiu o PRONACAMPO, os discursos realizados pelos diferentes representantes de cada setor (agronegócio, Estado e movimentos sociais) na cerimônia de lançamento do programa, bem como suas concepções educacionais. Em face deste exame pretendemos dialogar com os movimentos sociais que se opõem ao agronegócio sobre pressupostos teóricos que norteiam a defesa de uma especificidade da educação do campo e a necessidade de avançar na luta de classes no interior da educação, inclusive no PRONACAMPO, por meio da opção por referenciais teóricos e metodológicos que não dividam os trabalhadores em espaços de vivência, mas que os unifiquem na condição de trabalhadores.

**Palavras-chave:** PRONACAMPO. Agronegócio. Movimentos sociais.

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor de Geografia na Educação Básica nos níveis Fundamental e Médio e na Educação Superior na modalidade a distância do Centro Universitário Claretiano de Batatais-SP. É membro Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo - GEPEC/UFSCar. E-mail: victorhugo\_geo@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo. E-mail: cbezerra@ufscar.br

## WHO CARES THE EDUCATION OF FARM WORKERS? AN ANALYSIS OF PRONACAMPO

### ABSTRACT

On March 20, 2012 was released in the Brasilia National Program for Rural Education (PRONACAMPO) with participation of representatives of social movements, trade unions of workers in the agriculture and agribusiness sectors. On occasion, they all excelled in their speeches the importance of the program to raise the level of education and improve the lives of people in the countryside. Based on these statements, this article discusses how and why education in the field under the mediation of the state serves the interests of competing groups in the Brazilian countryside. For this study, we analyzed the Ordinance No. 86 of 1 February 2013 establishing the PRONACAMPO, speeches made by different representatives of each sector (agribusiness, government and social movements) at the launching ceremony of the program, as well as their educational conceptions. In the face of this examination we intend to engage with the social movements that oppose agribusiness on theoretical assumptions underlying the defense of a specific field of education and the need to advance the class struggle within the education, including PRONACAMPO through the option By theoretical and methodological frameworks that do not divide workers into living spaces, but that unify them in the condition of worker.

**Keywords:** PRONACAMPO. Agribusiness. Social movements.

### INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) foi lançado em 2012 com o objetivo de oferecer mais condições de acesso escolar para estudantes moradores em áreas rurais sem que eles deixem a propriedade para estudar nas áreas urbanas. Para isto a proposta do Ministério da Educação (MEC-Brasil) é oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios para implementar políticas específicas para a educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior.

A cerimônia de lançamento realizada no dia 20 de março de 2012<sup>6</sup> contou com a presença de grande público, incluindo a Presidente Dilma Rousseff, o Ministro da Educação Aloízio Mercadante, demais ministros, deputados, senadores, governadores, prefeitos, ativistas de movimentos sociais, representantes do agronegócio, sindicalistas, intelectuais, entre outros.

<sup>6</sup> A cerimônia de lançamento do PRONACAMPO foi transmitida pelo canal NBR no programa Atividades da Presidenta e está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hPtcdDSqcgk>>. Acesso em 12 de abril de 2014.

Após a apresentação de um vídeo institucional no qual destacava que o analfabetismo e a evasão escolar no campo apresentavam índices superiores a média nacional e explicava as principais ações do PRONACAMPO, discursaram<sup>7</sup> o ministro da Educação Aloízio Mercadante, o representante da Comissão Nacional de Educação do Campo e dos movimentos sociais do campo José Wilson Gonçalves, a senadora Kátia Abreu presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a presidente Dilma Rousseff. Todos eles destacaram em seus discursos a importância do programa para elevar a escolaridade e melhorar a vida do homem no campo.

Nesse sentido, o presente artigo, apresenta as bases legais e as concepções teóricas do PRONACAMPO, para discutir quais as divergências, contradições e tensões entre movimentos sociais e o agronegócio nas políticas para a educação do campo, bem como, o papel do Estado na mediação de interesses opostos, mas, sobretudo, na reprodução do capital.

Salientamos que este texto não objetiva trazer elementos conclusivos sobre o PRONACAMPO, dado a ausência de maiores informações sobre o desenvolvimento do programa e as poucas análises realizadas<sup>8</sup> até o momento. Assim, trata-se muito mais de um estímulo ao debate, na perspectiva de avançar nas políticas educacionais para os trabalhadores.

## 1. PRONACAMPO

O Programa Nacional de Educação do Campo instituído pela Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 definiu as ações para implantação da política de educação do campo, já prevista no Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

De acordo com este decreto presidencial a “política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo” (BRASIL, 2010) e deverá ser desenvolvida em regime de colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Ainda segundo o decreto são consideradas populações do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

<sup>7</sup> Os discursos aqui apresentados foram transcritos do vídeo de lançamento do programa.

<sup>8</sup> Destaca-se a análise realizada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC realizada no Seminário Nacional em Brasília entre 15 e 17 de agosto de 2012.

Já as escolas do campo são definidas como aquelas que: “situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (BRASIL, 2010).

O Decreto nº 7.352/2010 também definiu os princípios da educação do campo e quilombola cujo aspecto central seria a defesa de uma educação específica para o campo que atue na valorização da identidade dos sujeitos e da escola. A par disso, o decreto definiu como objetivos centrais: a redução dos indicadores de analfabetismo; o fomento a educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos; a garantia do fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico; e a inclusão digital.

Para atender estes objetivos, o PRONACAMPO estabeleceu 04 eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica; e infraestrutura física e tecnológica.

No primeiro eixo, estão elencadas ações para a disponibilização de materiais e livros didáticos que atendam a especificidade da população do campo; oferta de educação integral e apoio a escolas com classes multisseriadas e as escolas de educação por alternância.

No segundo eixo estão previstas a expansão de polos da Universidade Aberta do Brasil, oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), ampliação de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização e linhas de financiamento específico para a formação de professores para atuarem em escolas rurais.

Já o terceiro eixo compreendem ações para aumentar a oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada com qualificação profissional e ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, para atuar na formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local.

E no último eixo infraestrutura física e tecnológica estão discriminadas ações para - em conjunto com estados, o Distrito Federal e os municípios - a construção de escolas de educação básica e educação infantil; ampliação do acesso a computadores e às tecnologias digitais; disponibilização de recursos para garantir o acesso à água e saneamento e pequenas reformas; e a oferta de transporte escolar intracampo, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como o critério de idade dos estudantes.

No discurso de lançamento do programa o Ministro da Educação Aloizio Mercadante evidenciou que no campo brasileiro vivem aproximadamente 30 milhões de pessoas e que os

progressos da agricultura brasileira que produz cerca de 300 bilhões de dólares por ano e exporta 95 bilhões de dólares contrastam com a realidade das escolas do campo, que historicamente foram aliadas de política educacional específica que valorizasse a cultura, as tradições e as raízes do homem do campo.

Segundo ele esta ausência de políticas específicas para o campo tem provocado um fechamento acelerado de escolas rurais nas últimas décadas, recorrendo aos dados do MEC apontou que em apenas cinco anos foram fechadas 13.691 escolas. Outra preocupação do governo manifestada pelo ministro refere-se ao fato de que somente 18,4% dos jovens que estão no campo cursam o ensino médio em escolas no campo.

Com base, nestes argumentos o ministro passou a explicar cada um dos quatro eixos do PRONACAMPO que beneficiarão as 76 mil escolas do campo, nas quais estão matriculadas 06 milhões e 200 mil estudantes e trabalham 342 mil professores.

Entre as ações anteriormente apresentadas o ministro enfatizou em sua fala a disponibilização de materiais específicos para as escolas rurais e quilombolas que abordarão:

a especificidade da vida do campo, buscando resgatar as origens, as raízes, a relação do homem com a terra, porque o jovem hoje vê a televisão que é um universo predominantemente urbano, e quando vai a escola o material didático é o mesmo usado na cidade e no campo. Não pode mais ser assim. Nós temos que valorizar a cultura, as raízes, as tradições do campo e o material pedagógico vai ser todo voltado para a população do campo (MERCADANTE, 2012).

No que tange a qualificação para o mercado de trabalho o ministro frisou que o governo estabeleceu como meta a abertura de 180 mil vagas para a formação profissional dos trabalhadores e jovens do campo, e explicou que a definição dos critérios para a oferta de cursos será feita juntamente com a Embrapa, considerando:

[...] todas as principais cadeias produtivas em cada estado, em cada região, verificando qual é a perspectiva do mercado de trabalho no futuro e orientando a formação desses jovens para que eles tenham mais oportunidades, o que vai ajudar a agricultura familiar a aumentar a eficiência e a produtividade, ou se ele for trabalhar em uma empresa, com melhores condições, com melhor formação, ajudando, portanto, a melhorar ainda mais a eficiência do campo que já é um exemplo de competência internacionalmente reconhecido (MERCADANTE, 2012).

Na mesma perspectiva de ampliar a capacidade de produção da agricultura e inserir os jovens no mercado de trabalho, o ministro anunciou a abertura de 300 mil novas vagas para cursos regulares associados a cursos técnicos. Para ele esta ação tem um viés de acesso a

tecnologia e “a formação do trabalhador para aumentar a produtividade, a eficiência, a renda das famílias no campo” (MERCADANTE, 2012).

Após explicar cada um dos eixos de atuação do PRONACAMPO e as suas respectivas ações, objetivos e investimentos, o ministro concluiu defendendo que o programa vai contribuir para que o Brasil resgate uma dívida histórica e valorize o homem do campo. Nas suas palavras:

É muito mais inteligente preservar estes 30 milhões de pessoas no campo do que essa urbanização acelerada que cada vez dificulta mais a vida na grande cidade e se nós resgatarmos a cultura e dermos oportunidade para estes jovens e valorizarmos a sua história e a contribuição imensa que os trabalhadores do campo dão a este país. (MERCADANTE, 2012).

Seguindo o mesmo tom do discurso do ministro da educação Aloízio Mercadante, a presidente Dilma Rousseff também ressaltou em seu discurso a importância da adaptação do currículo para as escolas do campo e destacou o papel estratégico das políticas de educação para o campo no combate à miséria e criação de oportunidades para os jovens do campo.

Segundo ela, com o PRONACAMPO:

[...] Estamos apostando no dia de amanhã, sim. Mas nós estamos, sobretudo, apostando que uma outra geração vai também se beneficiar com tudo isso que fazemos nessa, mudando a feição do campo brasileiro e garantindo que ele será um lugar digno de qualidade para se morar e se criar os filhos (ROUSSEFF, 2012).

Em suma, o programa foi apresentado como uma possibilidade não apenas de reversão nas políticas educacionais direcionadas ao campo, mas também, como um horizonte de oportunidades e melhoria nas condições de vida da população do campo, especialmente, para as crianças e os jovens.

Ao acentuar a especificidade da educação do campo, o discurso governamental, afirma a pretensão de por meio das escolas, resgatar os valores, a cultura e as raízes do homem do campo, que em tese, seriam opostas a uma cultura urbana e que historicamente contribuíram para o êxodo rural. Com isso, vislumbra e promete um novo futuro para os trabalhadores do campo, no qual suas condições de sobrevivência estariam garantidas no próprio campo.

Com base nesta leitura da realidade, que intencionalmente, desconsidera os processos econômicos que perpetuam os latifúndios, a exploração do trabalho e que estão na raiz da



expulsão do homem do campo, o Estado alça a educação a condição de panaceia para a pobreza e fixação do homem no campo.

Embora existam pontos de tensionamento explícitos entre movimentos sociais e o agronegócio, chama-nos a atenção, como mostraremos no próximo tópico, que na cerimônia de lançamento, ambos defenderam entusiasticamente o programa, que a princípio atenderiam aos seus projetos de sociedade, por mais contraditórios que sejam.

## **2. A defesa do PRONACAMPO pelos Movimentos Sociais e pelo Agronegócio**

### **2.1. Os movimentos sociais**

Na cerimônia de lançamento do PRONACAMPO a fala dos movimentos sociais do campo ficou a cargo do presidente da Comissão Nacional de Educação do Campo José Wilson Gonçalves que é vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Na sua fala José Wilson destacou que “o PRONACAMPO é uma conquista histórica” e “têm a cara, tem o coração e tem a alma das organizações sociais” e das referências teóricas que vem sendo construídas para educação do campo nos últimos anos e que indiscutivelmente contribuíram para a formulação das políticas para educação do campo.

José Wilson salientou ainda que a educação precisa contribuir com “o desenvolvimento no campo brasileiro que nós temos” caracterizado aplicação de tecnologias e do uso de máquinas, e que tem contribuído para o desenvolvimento econômico e a superação da crise externa. Mas, expressando a concepção dos movimentos sociais de luta pela terra, declarou que é indispensável construir outra lógica, na qual o campo possa ser compreendido “com gente, possa ser visto um campo a partir das pessoas que produzem os alimentos que o povo brasileiro consome [...] e que povos de outros lugares consumam, também, através de políticas de exportação”.

A argumentação do representante dos movimentos sociais parte assim da existência de dois modelos de agricultura que se contrapõem: um capitalista, baseado no uso intensivo de tecnologias, com a produção direcionada a exportação e o esvaziamento do campo e um modelo de agricultura (camponês/familiar) voltado, especialmente, para o mercado interno e com a permanência da população no campo.

Essa linha de argumentação pode ser vista também em importantes representantes da pesquisa em educação do campo, como Fernandes e Molina (2004) que tratam desta distinção

ao abordarem as diferenças dos territórios do agronegócio e da agricultura camponesa, e conseqüentemente, da existência de diferenças entre a educação necessária ao desenvolvimento do capital e para a produção do território camponês.

José Wilson Gonçalves foi enfático ao sustentar que:

[...] queremos que a educação possa ver o desenvolvimento a partir da diversidade, a partir da cultura, a partir dos saberes, dos costumes, das realidades regionais e a educação precisa reconhecer nesse país a realidade que existe no campo (JOSÉ WILSON GONÇALVES, 2012).

A especificidade de uma educação do campo, que se vincule, portanto, aos interesses camponeses é considerado um instrumento significativo para fixar o homem ao campo e fortalecer o seu território. À vista disso, José Wilson finalizou a sua fala reafirmando o mérito do programa, mas cobrou a necessidade da sua efetivação, a partir de um pacto entre governo federal, estaduais e municipais, para assim, superar os problemas educacionais no campo.

## 2. 2. O Agronegócio

Após a fala do representante dos movimentos sociais discursou em nome das entidades patronais ligadas ao agronegócio a senadora Katia Abreu (DEM/TO) presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil<sup>9</sup> (CNA).

A senadora iniciou sua fala afirmando “que a educação rural praticamente não existe nesse país”. Para justificar este argumento apresentou dados de uma pesquisa contratada pela CNA em 2010 junto ao Instituto Paulo Montenegro, do Ibope para diagnosticar a situação das escolas rurais<sup>10</sup>.

Os resultados desta pesquisa já haviam sido publicizados em março de 2010, quando a senadora participou de uma audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, com o então ministro da Educação, Fernando Haddad. Na ocasião a senadora declarou<sup>11</sup> “nós encontramos números muito tristes. Oitenta por cento das escolas não possuem computadores, apenas 8% têm biblioteca e só 50% contam com diretores. Esses são

<sup>9</sup> A CNA é a entidade que congrega associações patronais e lideranças políticas e rurais de todo o País

<sup>10</sup> Os resultados da pesquisa Projeto Escolas Rurais, bem como a metodologia utilizada estão disponíveis em: <[http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas\\_Rurais\\_no\\_Brasil\\_2010\\_0.pdf](http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_0.pdf)> Acesso em em 08 de julho de 2013.

<sup>11</sup> A fala da senadora Kátia Abreu Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado está disponível na íntegra em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/videos/audiencia-publica-na-comissao-de-educacao-do-senado-federal>>. Acesso em 08 de julho de 2013.



números que se arrastam por longas décadas” e, após solicitar ao ministro a inclusão das escolas rurais na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), aplicação de 10% do PIB para educação no Plano Nacional de Educação (PNE), melhoria na formação de professores concluiu “nós não podemos permitir que as escolas do campo possam continuar na situação que se encontram hoje”.

No lançamento do PRONACAMPO a repetição destes dados veio acompanhada de uma crítica às políticas para educação do campo, que segundo ela nas últimas décadas se concentraram no transporte escolar, sem valorização dos profissionais e adaptação nos livros didáticos para que atendessem a realidade do campo, que ainda concentra uma parcela expressiva da população brasileira. Em seguida, passou a enaltecer a importância da agricultura para a geração do saldo positivo da balança comercial brasileira e pelo emprego de 36% da mão de obra do país, ao que concluiu: “a educação no campo é da maior importância para que nós possamos fazer com que o agronegócio seja cada vez mais pujante”.

Após ser vaiada por parte da plateia, direcionou-se a presidente Dilma Rousseff e esclareceu que quando diz agronegócio está se referindo:

A todos os homens e mulheres desse país. Nós não queremos um país de pobres e miseráveis, nós queremos que todos aqueles independente do tamanho de sua terra, que possa ter uma terra pequena, mas que seja uma terra produtiva e que possa garantir renda a sua família com dignidade (ABREU, 2012).

Para viabilizar esta nova realidade a senadora informou que a CNA em parceria com o Ministério da Educação será responsável por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) pelo oferecimento de 50 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego<sup>12</sup> (Pronatec).

Estes cursos são direcionados a estudantes de escolas públicas, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, povos indígenas, quilombolas, beneficiários e

<sup>12</sup> O Pronatec é um programa do governo federal que atua sobre três formas, a primeira na oferta de ensino técnico para estudantes do Ensino Médio, a segunda na oferta de qualificação profissional para jovens e adultos que buscam a oportunidade de melhorar sua formação, e a terceira é na oferta de cursos de capacitação para o público do programa Brasil Sem Miséria. Os cursos são oferecidos em escolas técnicas federais, nas escolas técnicas estaduais e nas escolas do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e para as populações de áreas rurais pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Informações disponíveis em: < <http://pronatec.mec.gov.br/index.php> >. Acesso em: 15 de junho de 2014.

dependentes dos programas de transferência de renda, pessoas com deficiência e adolescentes e jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

O SENAR oferece mais de 60 cursos nas seguintes áreas: turismo, hospitalidade e lazer; recursos naturais; informação e comunicação; Gestão e Negócios; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção cultural e Design e Controle e Processos Industriais. Em todos os cursos há um módulo dedicado ao dedicados ao empreendedorismo, cujo objetivo é ensinar a “analisar, avaliar, tomar as melhores decisões, colocando a técnica e a criatividade a serviço da produtividade e da lucratividade” (SENAR, 2014).

Ao justificar os cursos do Pronatec oferecidos pelo SENAR, Kátia Abreu, de forma peremptória afirmou “a juventude deste país precisa ser empreendedora, independente de onde esteja, seja como trabalhador ou patrão” e ressaltou a educação como um mecanismo de ascensão de classe para os 3,5 milhões de proprietários rurais que vivem em situação de pobreza e garantiu que com o PRONACAMPO e os investimentos a serem realizados “nenhuma escola do campo vai fechar nesse país”.

Desse modo, o exame dos discursos no lançamento do PRONACAMPO nos mostra um cenário no qual dois campos antagônicos no campo brasileiro e no debate sobre a educação no campo, compreendem o programa como uma conquista histórica e, tal qual o governo, asseveram a sua necessidade para melhorar a vida no campo. A partir desta constatação as questões que se colocam para fins deste artigo são: como este projeto atende interesses de grupos deliberadamente antagônicos no campo brasileiro? Quais os interesses e divergências entre movimentos sociais e o agronegócio com relação ao PRONACAMPO?

### 3. Divergências, Convergência e Tensões

O PRONACAMPO é parte das políticas direcionadas a educação em áreas rurais que vem sendo desenvolvidas desde a década de 1990 e constitui um importante marco para a definição de ações previstas desde 2010 quando o Decreto nº 7.352 instituiu uma política de educação do campo.

Bezerra; Bezerra Neto; Lima (2011) atribuem o interesse pela educação do homem do campo após a década de 1990 a três fatores principais: as transformações na estrutura produtiva do capitalismo no campo e a utilização de maior tecnologia, destinada ao mercado externo; a pressão dos movimentos sociais do campo com as conquistas de assentamentos

rurais; e as orientações dos organismos internacionais, que passaram a vincular os acordos de empréstimos aos investimentos em educação.

Estes três fatores nos provocam a compreender as políticas de educação para o campo, especialmente, o PRONACAMPO como uma totalidade contraditória, produto do antagonismo de classes em permanente conflito, na qual o Estado assume na sua aparência a forma de impessoalidade, colocando-se como poder acima e distante da sociedade para amenizar o conflito entre as classes (ENGELS, 1984).

Em análise do texto do Decreto nº 7.352/10 e da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 que instituiu o PRONACAMPO é possível observar a forma como o Estado concebe a educação do campo.

O termo educação do campo é uma das principais bandeiras do “Movimento por uma Educação do Campo” criado a partir do debate sobre a educação no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, do MST na década de 1990, e ascendeu como política pública a partir de 1998 quando ocorreu em Brasília o I ENERA – Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária e o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Conforme explicam os principais intelectuais do Movimento desde o ENERA,

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

Para este Movimento o termo educação do campo é uma oposição conceitual a escola rural ou escola no campo em face que diferente do paradigma da educação rural “cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida”, a educação do campo “pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 38).

Na mesma direção, Oliveira; Campos (2010, p. 240) explicam que:

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade.

Dessa forma, ao atribuir a educação rural um papel ideológico importante na saída do homem do campo, pela lógica a educação do campo cumpriria um papel de manter o homem no campo.

Na visão do Movimento, a educação do campo distingue-se da educação rural, por não fundar-se em políticas impostas aos sujeitos do campo, mas construída por eles e com eles. Estes sujeitos do campo são os “pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 37) que de espectadores, no processo de luta pela terra, tornaram-se os novos protagonistas da educação para as áreas rurais.

Esse caráter participativo dos sujeitos do campo na formulação de políticas educacionais conduzem alguns intelectuais ligados ao Movimento a acreditar na Educação do Campo, não como uma política compensatória, como vinha sendo ofertada até então, segundo eles, mas emancipatória, como um dos elementos capitais da fixação do homem ao campo. Para Fernandes (2012, p.17):

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos.

A leitura do Decreto nº 7.352/10 e da Portaria nº86/2012 não nos deixam dúvidas sobre a inserção de termos e concepções defendidas pelos movimentos sociais na formulação das políticas públicas. A adoção do termo educação do campo, população do campo e escolas do campo que desde Fernandes (1999, p. 51 e 52) é entendida como aquela que “defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa” e cuja “localização é secundária”, pois o importante são “suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa” são exemplos claros da influência do movimento nas políticas educacionais direcionadas ao campo.

Além disso, podemos afirmar que as duas legislações em questão atendem a grande parte das reivindicações do Movimento por uma Educação do Campo, que após o I ENERA passou a defender:

- 1 – Criação de um projeto para a educação do meio rural – por uma escola do campo.
- 2 – Produção de materiais didáticos voltados para a realidade da agricultura camponesa.
- 3 – Uma educação que valorize a vida no campo: uma escola com identidade própria.
- 4 – Uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da vida, para promoção humana.
- 5 – Uma escola pública em todos os acampamentos e assentamentos.
- 6 – Uma gestão pedagógica da comunidade.
- 7 – Uma escola solidária com as pessoas e as organizações que tenham projetos de transformação social (FERNANDES, 1999, p. 54).

Contudo, a questão que se apresenta é: será que a inserção destas concepções na legislação, a definição de uma política específica de educação do campo e o desenvolvimento de ações voltadas para a educação em áreas rurais são suficientes, para atribuímos o caráter de políticas emancipatórias? E que estão na contramão das políticas neoliberais?

Apesar de nas últimas décadas, as reformas neoliberais terem transferido responsabilidades governamentais a setores da sociedade e ao mercado, as políticas educacionais continuam caracterizadas por um rígido controle estatal, por meio da padronização do currículo, das avaliações externas e da distribuição dos recursos (SAVIANI, 2008).

Ademais, é preciso ponderar sobre a importância dos organismos internacionais na formulação das políticas educacionais de caráter neoliberal no país, presentes inclusive, da realização do I ENERA por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

Antes mesmo do I ENERA, a Conferência Internacional de Jomtien (1990) da qual o Brasil foi signatário definiu as bases das políticas neoliberais para a educação trazia como princípio, no seu artigo 3º, a universalização da educação e promoção da equidade apontando que:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e

linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 1998, p. 4).

Sem desconsiderar a importância política e social dos movimentos sociais nos processos educacionais que se desenvolveram nas duas últimas décadas, não podemos incorrer no idealismo de atribuir a estas políticas o caráter de emancipatórias, quando na realidade estão estruturadas nas bases de um Estado capitalista e neoliberal, que não obstante seja marcado no seu interior por disputas entre classes e diferentes frações de classe, não deixa de ser o Estado da classe dominante, e especificamente, na sociedade capitalista, o instrumento político necessário para preservação da propriedade privada, da exploração do trabalho e da reprodução do capital.

As políticas para a educação do campo, não estão, portanto, apartadas ou na contramão das políticas neoliberais que foram sendo aplicadas desde a década de 1990 no Brasil. Além disso, a substituição do termo *educação rural* – instituída pelos organismos oficiais e dirigida pelo capital – por *educação do campo* em nada altera o fato de que as políticas públicas, mesmo sob o neoliberalismo continuem a ser instituída pelos organismos oficiais, agora com maior participação dos movimentos sociais.

Na atual fase do capitalismo na qual as crises econômicas são menos espaçadas e de desemprego estrutural no campo e na cidade o Estado desempenha um papel imprescindível para a engrenagem da reprodução do capital com a manutenção da “ordem social”.

Como aponta Sanfelice (2008, p. 03):

O Estado, precisa gerenciar, por exemplo, a miséria, o aumento do desemprego estrutural, o primeiro emprego e o acesso à escolaridade, dentre outras mazelas, com ações e programas que, mesmo sendo paliativos, tendem a diminuir o poder das tensões sociais geradas pelo desespero.

A análise das políticas para educação do campo nas duas últimas décadas mostra um processo contraditório e conflitivo entre Estado, capital e movimentos sociais na defesa de concepções e interesses voltados a educação o trabalhador rural. Nesta perspectiva, enquanto os movimentos sociais assumem a bandeira da universalização da educação e da melhoria de vida dos povos do campo, e ao capital importa a qualificação para ampliar a produtividade do trabalho, o Estado - expressão do poder dominante – exerce a função de mediar os conflitos



no campo, atendendo muitas vezes a determinadas reivindicações dos trabalhadores, mas que no conjunto garantam a reprodução da ordem dominante.

A nova fase do desenvolvimento do capitalismo no campo caracterizada pela internacionalização da produção, potencializando a expansão de áreas de monoculturas destinadas especialmente ao mercado externo, combinado com a preservação dos latifúndios contribuiu para consolidar a tendência, em processo desde meados do século XX, de redução da demanda por força de trabalho no campo e descartabilidade de um grande número de trabalhadores recusados ou reusados em outros setores pela utilização crescente de tecnologias e maquinários nos processos produtivos. Porém, estas transformações no capitalismo também vieram acompanhadas pela maior demanda pela ampliação da escolarização da população do campo.

É claro que esta escolarização não objetiva uma formação ampla e o acesso ao saber historicamente construído, mas a escolarização adequada ao processo de valorização do capital, sendo indiferente se o trabalhador reside no campo ou na cidade, ou se são pequenos agricultores fornecedores de matérias-primas para a indústria ou de produtos alimentícios para atender a população urbana, ou ainda se são proletários a serem explorados nos grandes latifúndios ou agroindústrias.

Ao capital interessa ampliar a produtividade do trabalhador e garantir o processo contínuo de extração da mais-valia ou da renda fundiária. Por isso, o interesse da CNA na qualificação de trabalhadores por meio de cursos profissionalizantes<sup>13</sup>.

Neste contexto, o PRONACAMPO na sua forma responde aos interesses formais e conceituais dos movimentos sociais, na utilização de terminologias e no atendimento as suas reivindicações históricas. Mas, atende, sobretudo, aos interesses patronais, especialmente da CNA que por meio do SENAR apropria-se de recursos públicos para a formação dos trabalhadores e atua na seleção da força de trabalho, para a reprodução do capital de acordo com as vocações regionais.

No entanto, é interessante notar no lançamento do Pronacampo a convergência nos discursos do capital, dos movimentos sociais e do Estado no que tange a defesa de uma especificidade da educação para as escolas rurais, na necessidade de melhorar índices de analfabetismo e garantir melhorias na infraestrutura das escolas e, por fim, que a educação

<sup>13</sup> Apenas em 2014 a entidade espera formar 64.400 trabalhadores nos cursos do Pronatec, segundo informações disponíveis em: <<http://www.senar.org.br/programa/pronatec-do-senar>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

melhora a vida dos trabalhadores contribuindo para redução da pobreza e a fixação do homem na terra.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Pronacampo realizada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) do qual participam as mesmas organizações do Movimento por uma educação do campo, em agosto de 2012, ou seja, meses após a cerimônia do lançamento constatou que por diversas razões o PRONACAMPO muito mais próximo a uma política de “educação rural”, que das ações e dos sujeitos que historicamente constituíram a prática social identificada como Educação do Campo (FONEC, 2012, p. 1).

Ao reconhecer a tendência do fortalecimento do agronegócio no campo brasileiro e sua intervenção nas políticas sociais, o Fórum afirma que, a menos que seja potencializado o confronto pela via do trabalho e seja identificando as necessidades formativas da classe portadora de futuro, a Educação do Campo corre o risco de ser apenas um outro termo para um novo capítulo da educação rural no Brasil (FONEC, 2012, p. 13).

Até onde sabemos a classe portadora do futuro é a classe trabalhadora. Portanto, para não se tornar apenas uma retórica ou uma simples frase de efeito, ao afirmarem o confronto pelo polo do trabalho e as necessidades da classe portadora do futuro, os movimentos sociais que participam do Fórum devem ter a compreensão de que no campo educacional isto implica em assumir proposições teóricas e um método que não tratem de dividir a classe trabalhadora em sujeitos distintos, e propor uma educação específica para cada um deles, que no limite assume, portanto, um caráter pragmático, imediatista e de exacerbado multiculturalismo que diferencia a educação dos camponeses da educação dos trabalhadores assalariados, escondendo a essência que os une: o processo permanente de exploração e expropriação do trabalho ou do fruto do trabalho pelo capital.

Não se trata aqui de retomar as críticas às concepções teóricas e metodológicas da educação do campo já realizadas por Bezerra Neto; Bezerra (2010a) e Bezerra Neto (2010b); mas, apontar a necessidade de defender nas políticas educacionais - inclusive nos desdobramentos das ações do PRONACAMPO, seja na formulação de livros didáticos e/ou na formação de professores - uma pedagogia, cujas bases estão no materialismo histórico e dialético que não pressuponha a divisão dos trabalhadores em espaços de vivência, mas que

os unifique na condição de trabalhadores explorados pelo capital e que não percam o horizonte da superação da sociedade de classes e de todas as formas de dominação.

Recebido em: Maio de 2015

Aceito em: Junho de 2015

## REFERÊNCIAS

ABREU, K. **Discurso na cerimônia de lançamento do PRONACAMPO**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hPtcdDSqcgk>>. Acesso em 12 de abril de 2014.

BEZERRA NETO, L. B. Educação do campo ou educação no campo? In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 150-168, jun. 2010b. Disponível em:< [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art12\\_38.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art12_38.pdf)> Acesso em: 10 de abril de 2013.

BEZERRA NETO, L. B.; BEZERRA, M. C. dos S.; LIMA, E. N. Programa Escola Ativa: de que educação para o trabalhador do campo estamos falando? In: NETO, L. B.; BEZERRA, M. C. dos S. (Orgs.). **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa**. São José: Premier, 2011, p. 19 – 42.

BEZERRA NETO, L. B; BEZERRA, M. C. dos S. A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p.251-272, ago. 2010a. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art16\\_38e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art16_38e.pdf)> Acesso em: 03 de abril de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 16 de maio. 2014.

BRASIL. **Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Disponível em: < [http://pronacampo.mec.gov.br/arquivos/port\\_86\\_01022013.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/arquivos/port_86_01022013.pdf) >. Acesso em: 16 de maio. 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, B. M. Por uma educação do campo. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999, p. 43 - 55. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 2.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. JESUS, S. M A de. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de**

- Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004, p. 32 – 53. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.
- FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo.** Seminário Nacional, Brasília, 2012.
- GONÇALVES, J. W. **Discurso na cerimônia de lançamento do PRONACAMPO.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hPtcddSqcgk>>. Acesso em 12 de abril de 2014.
- KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.
- MERCADANTE, A. **Discurso do Ministro na cerimônia de lançamento do PRONACAMPO.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hPtcddSqcgk>>. Acesso em 12 de abril de 2014.
- OLIVEIRA, L. M. T. de.; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 239 – 246.
- ROUSSEFF, D. **Discurso de lançamento do PRONACAMPO.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hPtcddSqcgk>>. Acesso em 12 de abril de 2014.
- SANFELICE, J. L. A história da educação e o currículo escolar. **Jornal APASE.** Ano XIX nº 179 - Suplemento Pedagógico, São Paulo, p. 3 - 6, 10 out. 2008.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SENAR. **Pronatec do SENAR.** 2014. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/programa/pronatec-do-senar>> Acesso em: 15 de junho de 2014.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 14 de junho de 2014.